



Praia Vermelha



Estudos de Política e Teoria Social

Praia Vermelha

ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

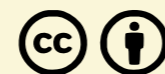
Saúde da população negra em tempos de pandemia

v.32 n.2

Jul-Dez/2022

A Revista Praia Vermelha é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

Conheça nossas [políticas editoriais](#).



Praia Vermelha

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITORA

Denise Pires de Carvalho

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Denise Maria Guimarães Freire

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA

Ana Izabel Moura de Carvalho

VICE-DIRETOR

Guilherme Silva de Almeida

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Fátima da Silva Grave Ortiz

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves UFRJ

EDITORA ASSOCIADA

Patrícia Silveira de Farias UFRJ

EDITORES AD HOC v.32 n.2

Rachel Gouveia Passos UFRJ

Jadir Anunciação de Brito UFRJ

EDITOR TÉCNICO

Fábio Marinho

REVISÃO

Nicole Leal

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral UFPE

Antônio Carlos Mazzeo USP

Arthur Trindade Maranhão Costa UNB

Christina Vital da Cunha UFF

Clarice Ehlers Peixoto UERJ

Elenise Faria Scherer UFAM

Ivanete Boschetti UFRJ

Jean François Yves Deluchey UFPA

Leonilde Servolo de Medeiros UFRRJ

Marcos César Alvarez USP

Maria Cristina Soares Paniago UFAL

Maria Helena Rauta Ramos UFRJ

Maria das Dores Campos Machado UFRJ

Maria de Fátima Cabral Gomes UFRJ

Myriam Moraes Lins de Barros UFRJ

Ranieri Carli de Oliveira UFF

Rodrigo Castelo Branco Santos UNIRIO

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo PUCRS

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa UFMA

Suely Ferreira Deslandes FIOCRUZ



Bruno Kelly / Reuters (via outraspalavras.net)

Publicação indexada em:

[Latindex](#)

[Portal de Periódicos da Capes](#)

[IBICT](#)

[Base Minerva UFRJ](#)

[Portal de Revistas da UFRJ](#)

Escola de Serviço Social - UFRJ

Av. Pasteur, 250/fundos

CEP 22.290-240

Rio de Janeiro - RJ

praiavermelha.ess.ufrj.br


(55) (21) 3938-5386


Praia Vermelha: estudos de política e teoria social /Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-


Semestral
ISSN 1414-9184
eISSN 1984-669X

1.Serviço Social-Periódicos. 2.Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5
CDU 36 (05)

 Para uma melhor experiência de leitura, recomendamos o acesso por computador com visualização em tela cheia (CTRL+L).

 Navegue pelo texto utilizando os ícones na lateral esquerda das páginas ou as setas em seu teclado.

 Clique [aqui](#) para baixar, instalar e utilizar gratuitamente o Adobe Reader.

Sumário

TEMAS LIVRES ARTIGOS 289 Mulheres negras na provisão e distribuição de cuidados no Brasil

Antonio Carlos Oliveira & Thamires da Silva Ribeiro

314 Gênero, Feminismos e Serviço Social: uma análise dos periódicos científicos *Rita de Cássia Santos Freitas, Carla Cristina Lima de Almeida & Ana Lole*

332 Feminismos Interseccionais no Serviço Social: Introspecções Inclementes *Josimara Aparecida Delgado Baour, Márcia Santana Tavares & Caroline Ramos do Carmo*

DOSSIÊ EDITORIAL 356 Saúde da população negra em tempos de pandemia

Rachel Gouveia Passos & Jadir Anunciação de Brito

DOSSIÊ ENTREVISTA 360 Roberta Gondim *por Rachel Gouveia Passos et alia*

DOSSIÊ ARTIGOS 378 Os Condenados da Covid: Entre velhas e novas iniquidades

Deivi Ferreira da Silva Matos, Daniel de Souza Campos & Ludmila Fontenele Cavalcanti

403 Sofrimento psíquico da população negra brasileira e impactos da pandemia de Covid-19 *Clara Barbosa de Oliveira Santos, Débora Cristina Lopes Santos & Marina Monteiro de Castro e Castro*

423 Violência doméstica contra mulheres no contexto da pandemia da Covid-19: interseccionando realidades *Paola Cordeiro Pessanha Campos et alia*

441 Atenção integral à saúde da mulher: intersecções de gênero e raça *Cristiane Cordeiro da Silva Delfino*

465 População negra, prisão e pandemia: racismo como fator de risco à saúde *Giovanna Canêo & Adeildo Vila Nova Silva*

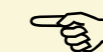
DOSSIÊ RELATOS DE EXPERIÊNCIA 491 Saúde da População Negra: aquilombamento necessário no Rio de Janeiro *Verônica Caé da Silva Moura et alia*

510 Estratégias coletivas de enfrentamento à Covid baseadas nas práticas tradicionais de cuidado *Luana Azevedo et alia*

521 Saúde e resistência nos territórios quilombolas do Vale do Ribeira Paranaense *Lucilene da Rosa Pereira*



Para acessar os demais textos deste número clique aqui e veja o sumário online.



Você está aqui.

Praia Vermelha

PERIÓDICO CIENTÍFICO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Saúde e resistência nos territórios quilombolas do Vale do Ribeira Paranaense

Saúde
Território Quilombola
Resistência

Como resultado parcial de pesquisa participante, o texto apresenta a realidade dos quilombolas da região do Vale do Ribeira Paranaense. Em tempos de pandemia intensificou-se a vulnerabilidade com relação ao acesso à saúde, o que apresenta desafios contemporâneos na promoção da equidade racial e na ação contra o racismo estrutural. O trabalho de campo em articulação com a pesquisa bibliográfica indica a importância do fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e a especificidade de uma Política Nacional de Saúde Integral da População Negra com ênfase no campo.

Lucilene da Rosa Pereira

Quilombola da Comunidade João Surá,
licencianda do Curso de Educação do Campo UFPR.
lucilenepereira514@gmail.com

Health and resistance in the quilombola territories of Vale do Ribeira Paranaense

As a partial result of participant research, the text presents the reality of quilombolas in the Vale do Ribeira Paranaense region. In times of pandemic, vulnerability in relation to access to health has intensified, which presents contemporary challenges in promoting racial equity and in action against structural racism. Fieldwork in conjunction with bibliographic research indicates the importance of strengthening the Unified Health System (SUS) and the specificity of a National Policy for Comprehensive Health for the Black Population with an emphasis on the field.

Health
Quilombo territory
Resistance





Introdução

A saúde pública em sua totalidade precisa ser fortalecida para contribuir com a especificidade da população negra. Neste artigo, destacamos a saúde da população negra quilombola do campo com objetivo de analisar seu acesso por meio de políticas públicas do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN), bem como o seu fortalecimento a partir de práticas em seus territórios de vida.

Os quilombolas possuem saberes e conhecimentos da medicina popular e tradicional constituídos em seus territórios. Buscam também o acesso integral aos serviços de saúde pública, medicamentos, atendimentos específicos, entre outros, a partir de suas equipes. Em conexão, essas práticas de saúde comunitária se constituem como elemento de resistência nos territórios quilombolas contemporâneos e possibilitam compreender as manifestações e movimentos de luta pelo reconhecimento e valorização da história afro-brasileira, seu modo de vida, seus aspectos culturais e sociais.

Ainda, é fundamental ressaltar o papel do racismo estrutural que por meio da opressão e do poder vem excluindo, matando e desconstruindo a história da população negra, o que no decorrer do período pandêmico de Covid-19 intensificou a vulnerabilidade social nos territórios quilombolas.

Este trabalho aponta resultados parciais de uma investigação, que por meio da pesquisa participante possibilitou o estudo e o entendimento dos problemas das comunidades (BRANDÃO; BORGES, 2007). A partir da articulação entre investigação bibliográfica e de campo, a pesquisadora, que é quilombola, analisa a realidade dos quilombolas de João Surá e Mamonas, no Vale do Ribeira Paranaense, sendo um resultado parcial da pesquisa realizada para trabalho de conclusão de graduação do curso Educação do Campo - Licenciatura em Ciências da Natureza. A concepção que fundamentou o método da investigação foi o materialismo dialético, e o trabalho de campo ocorreu entre os anos de 2020 e 2021 através de questionários aplicados on-line devido à condição de isolamento social a partir da situação pandêmica de covid-19.

Organizado em três partes, explica primeiramente os *enfrentamentos ao racismo estrutural com relação ao acesso*





às políticas públicas de saúde à população negra, ressaltando a importância da implementação de práticas efetivas. A segunda, discute o acesso à saúde dos Quilombos João Surá e Mamonas apresentando sistematizações do trabalho de campo e destacando o conhecimento dos quilombolas em relação à PNSIPN e suas percepções na vivência do acesso aos serviços de saúde. A terceira discorre na afirmação da *saúde como elemento de resistência nos territórios quilombola* observando as múltiplas expressões que constituem nos modos de vida.

Os enfrentamentos ao racismo estrutural no acesso às políticas de saúde à população negra

Discutir a saúde da população negra quilombola do campo adentra na análise sobre a política pública do Sistema Único de Saúde (SUS), que possui uma Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN). Esta, aponta a importância de ações e promoção de práticas que envolvem o atendimento à saúde das populações negras fundamentados no princípio de equidade racial. Reconhece o racismo estrutural e todas as formas de preconceito e discriminações raciais vivenciadas por estas populações como condicionantes no acesso à saúde (BRASIL, 2017).

Desde o ano de 2020, com a pandemia de Covid-19, a sociedade tem centrado atenção na discussão sobre a saúde e, por decorrência, ampliando os debates sobre os consequentes problemas sociais que emergem nos diferentes territórios. Diante disto, Silva (2021) apresenta que, neste momento, a situação dos quilombos torna-se ainda mais complexa e desafiadora com relação às condições sanitárias e à proteção instituída para a prevenção. Questões já enfrentadas anteriormente acerca dos desafios do acesso à saúde dos quilombolas intensificam-se ainda mais com o surgimento emergente do caso mundial de saúde (SILVA, 2021).

A Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), diante do descaso governamental que os quilombos enfrentam durante a pandemia, apresenta no ano de 2020 a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - ADPF 742 que reivindica ações para atendimento à população quilombola (CONAQ, 2021).





Por meio disto, a Conaq realiza o mapeamento e levantamento de informações juntamente com os quilombos sobre a organização dos processos de vacinação, analisando seus impactos junto aos quilombolas. Essa ação contribui com o reconhecimento e sistematização documental da realidade dos quilombolas, e simultaneamente registra uma séria denúncia com o descaso governamental e sua irresponsabilidade com a promoção de acesso à saúde como direito da população negra.

O acesso à saúde nos Quilombos João Surá e Mamonas

Os quilombos do Vale do Ribeira são territórios formados pelos escravizados que resistiram contra o sistema escravocrata e opressor que se instalou na região a partir da exploração da mineração e de outras atividades que foram desencadeando na região. Os quilombos constituem sistemas de modo de vida próprios; as atividades de prática de produção de alimentos, conhecimento e saberes da biodiversidade, a territorialidade, religiosidade, as expressões culturais de matriz africana e afro-brasileira são aspectos que contribuem com o fortalecimento desses locais.

O Quilombo João Surá, com 214 anos de luta e resistência, tem em média 54 famílias e foi reconhecido no ano de 2005 como Remanescente das Comunidades de Quilombo. Ao percorrer 13 quilômetros a frente encontra-se o Quilombo de Mamonas, com as práticas de modos de vida e religiosidade resistindo no território, em processo de reconhecimento como Quilombo. Estão há aproximadamente 55 quilômetros de distância da sede do município de Adrianópolis-PR e cerca de 180 quilômetros da cidade de Curitiba-PR.

Como base numa pesquisa de campo realizada nos Quilombos de João Surá e Mamonas, situados no campo do Vale do Ribeira Paranaense, foram sistematizadas algumas questões consideradas centrais sobre o acesso à saúde nesses territórios. Na busca pelo registro de informações e opiniões destes quilombolas, utilizamos o recurso da entrevista e da aplicação de questionário para levantamento de dados.

Com base nestas respostas, apresentamos quatro aspectos considerados fundamentais para a compreensão do tema.





O primeiro deles é sobre o acesso à saúde. Duas questões simultâneas foram levantadas: a) Quando você consulta é geralmente pelo SUS ou possui plano de saúde privado? Como avalia o atendimento oferecido? b) Os exames e consultas médicas que você realiza, faz geralmente pelo SUS ou faz por meio de plano particular? Por quê? Como é o atendimento?

Dos 26 participantes da pesquisa, foi identificado que todos acessam os serviços de saúde (consultas e exames) unicamente pelo Sistema Único de Saúde. Destes, 7 declararam que utilizam o Sistema Único de Saúde e em algumas situações realizam consultas e exames por meio de plano privado/particular, quando há dificuldades de acesso ao SUS por motivo de grande demanda de público ou ainda pela necessidade de atendimento de urgência/ emergência, evitando a demora em diagnósticos.

Observa-se que mesmo em pequena quantidade, o acesso pelo plano privado está relacionado à opção emergencial frente às dificuldades enfrentadas no acesso ao serviço de saúde público. Interessante notar também, que o principal meio de acesso aos serviços de saúde dos quilombolas é Sistema Único de Saúde. Este é defendido pelos próprios com a percepção de que podem contribuir para o avanço das formulações do SUS especialmente nos pontos que exigem maior intensificação de um trabalho efetivo com a população negra quilombola do campo.

Os dados locais apontados dialogam com as análises de Menezes (2020), que afirma que “67% dos usuários que dependem exclusivamente do Sistema Único de Saúde são negros” (MENEZES, 2020, n.p). Assim, é necessário ressaltar por meio disto a importância que o atendimento à saúde pelo SUS possui para os quilombolas, assim como o fortalecimento das ações da PNSIPN podem contribuir no combate às iniquidades raciais, assegurando a promoção da saúde para a população negra.

O segundo aspecto fundamental para o debate deste tema evidencia-se na sistematização acerca do conhecimento dos quilombolas em relação à PNSIPN. Para isso, foram estabelecidas quatro categorias de destaque que permitem um levantamento mais preciso sobre as informações destacadas. A pergunta norteadora foi: você conhece ou já ouviu falar sobre a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra?



Do total de 37 quilombolas que responderam a essa questão, sendo 31 do Quilombo João Surá e 6 do Quilombo Mamonas, pode-se identificar que a maioria não conhece ou não respondeu. Vejamos o quadro abaixo:

	MULHERES	HOMENS	TOTAL	OBSERVAÇÕES
CONHECE	4	3	7	A maioria são lideranças ou representantes das comunidades. Conheceram por meio da participação em eventos e reuniões externas.
JÁ OUVIU FALAR	3	2	5	A maioria jovens da comunidade. Conheceram por meio da participação em eventos e reuniões externas.
NÃO CONHECE	6	6	11	A maioria pessoas adultas de até 55 anos, ou jovens.
NÃO RESPONDEU	7	6	13	A maioria pessoas adultas de até 58 anos, ou jovens.

QUADRO 1

Conhecimento sobre a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra PNSIPN.

Fonte: Elaboração própria, por meio dos dados obtidos na pesquisa de campo.

Os 7 quilombolas que respondem ter conhecimento da PNSIPN são, em sua maioria, lideranças e representantes quilombolas, pessoas que participam de encontros, eventos externos ou reuniões organizativas. Também é possível observar que as mulheres têm maior conhecimento do tema, especialmente por participarem da Rede de Mulheres Negras no Paraná.

Os 5 quilombolas que já ouviram falar do tema são, em sua maioria, jovens mulheres que participaram de encontros ou eventos que abordaram o tema. A terceira categoria, dos que não conhecem, reúne 11 quilombolas, tanto adultos como jovens, sendo respondida igualmente pelos homens e mulheres. A quarta e última categoria, dos que não responderam, reúne 13 quilombolas que são jovens e adultos de até 58 anos, sendo um número maior de mulheres.

Com base nas informações apresentadas acima, é possível constatar que as mulheres tiveram maior participação. Um total de 19 mulheres e 17 homens. Ainda, é importante destacar que são as mulheres que mais conhecem ou já ouviram falar do tema. Ao analisar as quatro categorias identifica-se que o número de pessoas que conhecem ou já ouviram falar é menor. Um total de 12 em relação aos que não conhecem e não responderam, que

somam 24 participantes. Isso demonstra a necessidade de maior debate sobre o tema junto às famílias.

O total de respostas das categorias 1 e 2, acerca do conhecimento dos quilombolas em relação à PNSIPN, apresenta um quadro pequeno de pessoas que possuíram contato, geralmente de forma externa, em debates mais ampliados, sem um aprofundamento sobre especificidades. As representações, lideranças e jovens que saem da comunidade para participação em encontros e eventos demonstram como esse é um fator necessário para a comunicação, articulação e organização quilombola. Mas expressam, também, a importância de uma abordagem mais expressiva da temática junto às famílias nos territórios quilombolas.

No total das respostas sobre as categorias 3 e 4, destaca-se que uma grande parte de jovens e adultos com a faixa etária menor que 60 anos que vivem nestes territórios desconhecem as informações sobre essa política. O conhecimento dos quilombolas em relação à PNSIPN evidencia uma fragmentação nos pontos do acesso de saúde integral à população negra, pois compreende-se que o conhecimento contribui para o monitoramento e controle social da política e desenvolvimento efetivo da mesma. Ainda expressa que é essencial a ampliação do debate, da circulação de informações e de um trabalho conscientizador sobre os objetivos e princípios que norteiam essa política, de maneira que seja construída e compartilhada com os quilombolas.

O terceiro é o aspecto sistematizado no trabalho de campo, que estabelece uma análise sobre as percepções nas vivências dos quilombolas com relação ao acesso aos serviços de saúde. Foram 30 entrevistados, sendo que 24 do Quilombo João Surá, e 6 do Quilombo Mamonas. Duas questões foram realizadas simultaneamente: a) Em sua vivência quando precisou de algum serviço de saúde, já teve alguma experiência negativa ou dificuldade de acesso sobre o atendimento prestado na saúde? Comente; b) Com base nas suas vivências na comunidade, os serviços de saúde prestados no posto local e na sede municipal são bem atendidos? Quais são os principais desafios e potenciais?

Por meio dos relatos coletados, destacam-se seis apontamentos que possibilitam entender como ocorre o atendimento nos serviços de saúde junto às populações quilombolas desses



territórios. O primeiro apontamento é a reafirmação da necessidade da reivindicação dos moradores pelo acesso integral e de qualidade à saúde, bem como das constantes lutas dos quilombolas pela permanência em seus territórios. Uma saúde de qualidade para esta população fortalece sua resistência territorial.

O segundo destaque refere-se à análise de um bom atendimento no SUS. Esse ponto dialoga com a afirmação de Werneck (2018), que no escopo de uma análise mais complexa identifica que na maioria das vezes a avaliação positiva está motivada pelo simples fato de conseguir ser atendido e ter a necessidade resolvida (WERNECK, 2018). Ainda é importante destacar outros aspectos desconsiderados nessa afirmação, como por exemplo, as condições enfrentadas pelos quilombolas do campo para ter o acesso integral à saúde. Os longos deslocamentos demonstram a necessidade de adaptar-se a um acesso que não atende completamente suas especificidades.

O terceiro apontamento é a estrutura básica para o atendimento médico, que apesar de avanços no decorrer dos anos, apresenta um número de vagas e horário limitados. As visitas domiciliares da equipe de saúde é também um fator restritivo. A falta de equipamentos adequados faz com que os quilombolas se desloquem para outros locais para o atendimento. A necessidade de um maior número de profissionais da saúde atuando nestes territórios é também evidente, uma vez que grande parte desta atuação possui somente um agente de saúde no dia a dia. Outro fator é a necessidade de uma condução própria para o atendimento à saúde, principalmente em situações de urgência ou emergência, por serem estes territórios distantes da sede do município.

O quarto apontamento é a experiência negativa ou/e dificuldades em relação ao atendimento. Alguns relatos ressaltam a ocorrência de negação ou a demora de atendimento médico em determinadas situações, ou ainda quando necessário, um longo deslocamento para os hospitais localizados em cidades maiores, ou ainda a falta de atendimento da equipe de saúde na comunidade.

O quinto apontamento refere-se à falta de conhecimento do profissional para atendimento à saúde da população negra quilombola do campo. É recorrente a perda de consulta ou de





agendamento de exame devido às dificuldades de deslocamento, o que revela negação e incompreensão desta realidade particular, suas áreas geográficas, questões sociais que ali ocorrem, mas também uma incompreensão dos conhecimentos tradicionais nos territórios quilombolas no que diz respeito à medicina. Os atendimentos no SUS estão centrados no tratamento de doenças e, por vezes, desconsideram questões relacionadas à alimentação e ao uso das plantas medicinais em sua dimensão preventiva. Destaca-se também a importância de investir em cursos e capacitações para os profissionais de saúde.

E o sexto apontamento é o deslocamento no acesso aos serviços de saúde. O frequente deslocamento dos quilombolas para outras unidades de atendimento à saúde, como também o acesso da equipe de saúde nos quilombos, são fatores de restrição. Isso, devido às condições climáticas e à falta de manutenção contínua das estradas de terra para a saída e entrada. Situações como essas já implicaram em casos de perdas de consultas e exames médicos, ou na impossibilidade da chegada da equipe de saúde, na dificuldade de conseguir uma condução, ou a demora no atendimento por ser o último a chegar devido à distância percorrida.

O deslocamento é importante por não estar disponível grande parte dos serviços de saúde no campo. Essa situação evidencia um maior gasto financeiro por parte dos quilombolas ao deslocarem-se grandes distâncias para poder acessar a unidade básica de saúde, que é, em síntese, uma das principais portas de entrada para a saúde na sede do município ou nos hospitais localizados nas grandes cidades. Ainda é importante recapitular que uma das motivações da evasão das famílias dos territórios quilombolas para a cidade é devido à falta de estruturas de atendimentos básicos, sendo um deles, o acesso à saúde.

Ao discutir como ocorre o acesso integral à saúde da população quilombola no campo evidenciam-se discriminações raciais em diferentes dimensões. Os autores Cardoso, Melo e Freitas (2018) destacam que as condições que dificultam e prejudicam o acesso dos quilombolas à saúde agem como mantenedoras da negação do princípio da equidade da saúde (CARDOSO; MELO; FREITAS, 2018).





O quarto e último aspecto é a compreensão do quadro das medidas de prevenção nos tempos de pandemia. Com total de 21 participantes, sendo 15 do Quilombo João Surá, e 6 do Quilombo Mamonas, três questões foram realizadas simultaneamente: a) Durante a pandemia, está fazendo isolamento social, distanciamento ou quarentena? Como está sendo para você e sua família? b) Tem utilizado máscara, álcool em gel, e outros cuidados com a saúde? Se sim, tem alguma experiência vivenciada que deseja contar? e c) Quais são as principais medidas que você e sua família estão adotando em relação à prevenção da Covid-19? E na sua comunidade?

Nos relatos constata-se que houve mudanças nos modos de vida nos tempos de pandemia e o autocuidado nos quilombos.

Os dados obtidos em 3 ações elencadas, sendo a primeira o isolamento social, registra que os que precisavam sair para trabalhar em outras localidades mantinham o cuidado das medidas de prevenção, havendo distanciamento das famílias que residem em outras localidades, evitando visitar e ser visitados, e destacam que a saída externa foi realizada somente quando necessário por motivo de emergência, compra de alimentos e serviços essenciais que não estão disponíveis no território.

Houve mudanças no modo de viver. Um dos desafios citados foi o cuidado com as crianças e anciões para se expor em aglomerações, o autocuidado e o cuidado com o outro. A união da luta pela saúde é fundamental em tempos de pandemia no quilombo. Em contradição a isso, havia alguns casos de pessoas de fora da comunidade que vinham circular no território.

No cotidiano familiar, a mudança na suspensão das aulas presenciais e o estudo no formato remoto e o uso das tecnologias para as crianças e jovens do campo demonstraram um desafio na adequação deste acesso; para os pais e responsáveis, em um esforço para auxílio aos filhos e na continuidade em exercer o trabalho; alguns colocam que o isolamento social em casa contribuiu para cuidar da alimentação a partir da produção de alimentos saudáveis em cultivo das roças e/ou hortas.

Para o deslocamento até a cidade, era necessário sair cedo e enfrentar imensas filas para o atendimento de vários serviços, recebimento dos auxílios, documentações, fazer compra de alimentos, entre outros. Interessante observar que houve um





aumento das dificuldades de acesso aos serviços que exigem deslocamento externo dos quilombos.

A segunda pergunta (Tem utilizado máscara, álcool em gel, e outros cuidados com a saúde? Se sim, tem alguma experiência vivenciada que deseja contar?) apresenta as medidas de prevenção ao vírus. Nos limites do território houve instalação de placas sobre o cuidado com as medidas de prevenção ao Covid-19; os produtos mais citados para auxiliar neste período foi o uso de máscaras de proteção, álcool, sabão e água fora e dentro da comunidade, na limpeza das embalagens de alimentos comprados. Nos quilombos, as mulheres costureiras realizam confecções e a venda de máscaras de pano como forma de evitar a disseminação do vírus.

A terceira questão, sobre Covid-19 e Quilombo, destaca a necessidade de evitar as aglomerações de pessoas, os rituais religiosos como orações nas igrejas, passagem da bandeira do divino espírito santo, rezas, romarias de São Gonçalo e grupo de oração, as aulas presenciais na escola e no colégio que foram suspensas temporariamente com o aumento dos casos de contaminação.

Ainda, revela a contribuição da Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro João Surá na organização das reivindicações acerca da vacinação para os quilombolas. Os integrantes da comunidade observaram que durante a pandemia houve diminuição no atendimento à saúde que presta serviços nos quilombos, assim como uma significativa redução no atendimento médico e odontológico devido à demanda de profissionais de saúde na região para atender as unidades básicas de saúde.

A saúde como elemento de resistência nos territórios quilombolas

Os Quilombos de João Surá e Mamonas fazem parte da história de resistência negra no estado do Paraná. Constituídos pelos aspectos da ancestralidade e dos conhecimentos tradicionais passados de geração em geração, considera-se fundamental a alimentação saudável numa perspectiva de construção de soberania alimentar. Conectada à cultura afro-brasileira, a produção de alimentos através de técnicas de manejo que





priorizam a preservação e a conservação das sementes crioulas é, historicamente, uma raiz que fortaleceu e fortalece sua resistência territorial.

O modo de vida expresso numa relação de equilíbrio e bem viver com a natureza e a biodiversidade, a cultura expressa na religiosidade, a educação quilombola nos saberes e conhecimentos tradicionais, e todas as expressões oriundas da cosmovisão africana, fazem parte da territorialidade. Os quilombos contemporâneos vivem seus conhecimentos praticados no dia a dia, base de sua existência e resistência a toda a ofensiva vivenciada neste tempo histórico.

Ao compreender as questões de acesso à saúde nos tempos de pandemia de Covid-19, se faz necessário analisar alguns dos aspectos da realidade de vida dos quilombos, o contexto social do território em sua totalidade.

Uma das principais reivindicações das comunidades negras e comunidades reconhecidas como quilombos no Vale do Ribeira é pela regularização dos territórios quilombolas, a base essencial para continuidade de suas práticas culturais, sociais, de renda, fortalecimento dos saberes e identidade quilombola.

A partir de 1975 foi realizado o processo de demarcação do título individual de terras, realizado pelos órgãos governamentais em áreas de terras devolutas nas quais as famílias negras de João Surá e Mamonas já viviam.

Segundo o Grupo de Trabalho Clóvis Moura (2010), houve irregularidade neste processo, que demarcou lotes de terras para pessoas de fora que passaram a explorar por meio da concentração de terra, desmatamento para pasto e criação de gado, na contramão do modo de vida que as famílias oriundas da região constituíam. Este processo resultou em êxodo rural e em conflitos territoriais entre as famílias que ali viviam e os fazendeiros que foram se instalando. O agravamento dos conflitos e a falta de acesso levou a poucas famílias conseguirem resistir no território (GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA, 2010), resultou em uma intensiva entrada do agronegócio com a concentração de terras em mãos de terceiros, disparando uma transformação na biodiversidade e natureza, nas degradações e derrubada da mata nativa, criação de gado e as pescas ilegais nos rios.





Essas ações oprimem, ameaçam e afetam diretamente os quilombolas que estabelecem seus modos de vida em ações de equilíbrio com a natureza, que apresenta diversas mudanças nos modos de vida no território como nas práticas culturais, como a diminuição nas plantas e ervas medicinais nas áreas nativas devido a derrubada para plantação de monocultura de *pinus* de empresas privadas e fazendeiros nessas áreas; os impactos do desequilíbrio ecológico do aumento crescente de animais que passam a viver nos locais, resultando no aumento destes se alimentando nas roças que produzem sustento, motiva uma queda na produção de alimentos e o aumento da entrada de industrializados na alimentação dos quilombolas.

Percebe-se, também, um forte alerta sob a soberania alimentar quilombola, que é uma das práticas oriundas dos quilombos, e a comercialização de suas produções de alimentos, artesanato, manejos dos meios de geração de renda nos quilombos.

Os serviços básicos como energia elétrica, tratamento de água, meios de comunicação, internet, manejo e cuidado permanente das estradas de acesso, transporte escolar, entre outros, são pautas constante de reivindicação dos quilombos, seja pelo acesso e/ou qualidade desses serviços prestados nos territórios.

Deste modo, a organização coletiva dos quilombolas e a contribuição de ONGs, instituições, movimentos sociais e grupos de pesquisa constituem uma importância na reivindicação dos direitos das comunidades quilombolas e tradicionais nos territórios.

A saúde dentro dos territórios quilombolas está conectada às redes de saberes e fazeres constituindo as práticas no cuidado à vida, na religiosidade, crenças e na expressão cultural, por meio dos saberes da medicina tradicional e o uso das plantas e ervas medicinais nos territórios. Com isso, manifesta a saúde e o bem viver dentre as práticas nos quilombos desde a relação com o ato de produzir os alimentos saudáveis, esses alimentos produzidos que vão para o prato como sinônimo da resistência no campo, a viver os modos de vida em respeito aos ciclos da natureza, são fundamentos que contribuem com a compreensão do fazer saúde nos quilombos.

A análise do tema da saúde nos quilombos destaca a importância do acesso integral a estes serviços, em atenção às especificidades





da população negra quilombola no campo. Identifica-se a isso os impactos que as vulnerabilidades atingem os quilombos, que se configuram desde o acesso à saúde até ao analisar os quadros social e cultural da totalidade que resiste pela organização e mobilização dos quilombolas.

Considerações finais

A saúde em sua prática de promoção, proteção e recuperação constitui um elemento essencial de resistência nos territórios quilombolas, o bem viver como expressão conectado às suas práticas de cuidados e saberes tradicionais presentes no território. Falar de saúde dos quilombolas exige analisar os conflitos que emergem da realidade deste território, pois é neste espaço que se constrói saúde nas formas de produção dos alimentos, nos cuidados e equilíbrio dos modos de vidas com a natureza. Neste sentido, a saúde torna-se um elemento social de promoção da vida. Destaca-se por meio disso a importância da reivindicação do território quilombola.

E ao tratar de saúde observamos os desafios enfrentados no acesso à saúde, desde as implicações da falta do espaço territorial quilombola nos modos de vida da comunidade. Ainda, apresenta as situações enfrentadas no acesso integral aos serviços de saúde com ênfase no campo, identificando os quadros de vulnerabilidade na saúde da população negra.

Situações estas que, em tempos pandêmicos de Covid-19, evidenciaram a importância das ações de organizações como a Conaq, que fizeram um importante trabalho de denúncia do descaso e negligências ocorridas em relação ao direito à saúde das populações negras. Intensificou-se a vulnerabilidade destas populações com relação ao acesso à saúde.

O Sistema Único de Saúde possui um papel fundamental na garantia ao acesso à saúde dos quilombolas e para a população negra de um modo geral, portanto, verifica-se que deve ser fortalecido no trabalho de conhecimento das especificidades e no atendimento à população quilombola com ênfase nas áreas do campo, a partir do fortalecimento das ações estabelecidas pela Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, que exige vigilância dos quilombos, movimentos sociais, organizações, órgãos governamentais e toda sociedade na concreticidade de seu desenvolvimento.



Concluimos que os enfrentamentos às iniquidades e desigualdades raciais, constituídos através de um racismo estrutural, resultam no amplo impacto sobre a saúde da população negra em suas várias dimensões. A reivindicação da titulação coletiva dos territórios quilombolas, a valorização das práticas alimentares, culturais e sociais dos quilombolas, assim como o reconhecimento de suas histórias, somam-se ao tema da saúde na continuidade da luta e resistência negra.

Referências

BRANDÃO, Carlos; BORGES, Maristela. A pesquisa participante: um momento da educação popular. *In: Formação continuada em Educação, Saúde e Culturas Populares*. v. 6. Uberlândia: Rev. Ed. Popular, jan./dez. 2007. p. 51-62.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS*. 3. Ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf>. Acesso em: 10 out. 2021.

CARDOSO, Clarissiane; MELO, Leticia; FREITAS, Daniel. Condições de saúde nas comunidades quilombolas. *Revista de Enfermagem UFPE Online*, Recife, v. 12, n. 4, 2018. ISSN: 1981-8963. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/110258>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

CONAQ. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas. *Orientações da CONAQ às organizações quilombolas nos estados e municípios sobre a vacinação das populações quilombolas como integrantes do grupo prioritário*. 05 abr. 2021. Disponível em: <<http://conaq.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Comunicado-CONAQ.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2021.

GRUPO DE TRABALHO CLÓVIS MOURA. *Relatório de Trabalho Clóvis Moura: 2005-2010*. Curitiba: GTCM, 2010.

MENEZES, Tassia. 67% dos usuários que dependem exclusivamente do SUS são negros. *In: EHMANN, Marcia. SUS, um sistema universal que tem cor e raça*. Centro de Tecnologia UFRJ, 23 nov. 2020. Disponível em: <<https://ct.ufrj.br/sus-um-sistema->

universal-que-tem-cor-e-raca/>. Acesso em: 17 nov. 2021.

SILVA, Givânia. Comissão dos direitos humanos: Debate sobre impacto da pandemia na população negra. *In: Nem fome, nem bala, nem COVID: população negra em defesa do bem viver. Audiência Pública Interativa – 4ª, Extraordinária – Remota*. 12 jul. 2021. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/comissoes/reuniao?0&reuniao=10090&codcol=834>>. Acesso em: 23 nov. 2021.

WERNECK, Jurema. *Mulheres negras no sus*. Youtube, 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Xdq9eiZO8Mw>>. Acesso em: 01 dez. 2021.



Este número da Revista Praia Vermelha foi diagramado em novembro de 2022 pelo Setor de Publicações e Coleta de Dados da Escola de Serviço Social da UFRJ, para difusão online via Portal de Revistas da UFRJ. Foi utilizada a fonte Montserrat (Medium 13/17,6pt) em página de 1366x768pt (1:1,77).